

Zélia desafia Senado e nega

Jornal de Brasília • 5

informações

Andrei Meireles

Carlos Menandro

Senado Federal
018
Reportagem 0106

O Senado Federal decidirá na próxima segunda-feira, em sessão extraordinária, se processará ou não a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, por crime de responsabilidade, por ter se negado a prestar informações pedidas pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ) sobre os saques superiores a Cr\$ 500 mil no período entre 15 de fevereiro e 15 de março.

Ontem, toda a sessão do Senado foi dedicada a este assunto com todos os oradores criticando a decisão do governo e alertando para o risco de um confronto entre os Poderes provocado pelo Executivo. A única exceção foi o senador João Menezes, do PRN que fez uma tímida defesa do governo, propondo uma única reflexão sobre a quebra do sigilo bancário. O presidente do Senado, Nelson Carneiro, deu o tom do debate ao relatar o telefonema que recebeu na véspera do ministro Bernardo Cabral, da Justiça, comunicando-lhe que as informações seguiriam mais tarde para o Congresso Nacional: "Acreditei de boa-fé que as informações viriam".

Crise

Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e Jarbas Passarinho, do PDS, advertiram o Governo por estar provocando uma crise institucional: "O senador, sem abrir mão de sua soberania, não tem como recuar. Faço um apelo ao Executivo para, em nome da governabilidade e das instituições, recuar. Estamos na iminência de um conflito de poderes absolutamente desnecessários", previu Fernando Henrique. "É uma pena, mas estamos caminhando para um confronto institucional", reforçou Passarinho. "Causa apreensão o fato do Governo estar provocando um conflito institucional com o Senado Federal", manifestou Mário Covas, fazendo um apelo aos senadores para



Para Haddad, "a resposta do Governo é a prova de que houve vazamento antes do plano"

não abdicarem de suas prerrogativas: "Cabe a nós manter a soberania do Senado. Um poder só é poder na medida em que seus integrantes zelem por suas prerrogativas e pela ordem constitucional".

Descortesia

Na resposta enviada ao Senado Federal, a ministra Zélia Cardoso de Mello solicitou o reexame pela Comissão de Justiça da exigência para que transmita as informações levando em conta a lei do sigilo bancário e o próprio regimento do Senado. Os senadores não gostaram. O presidente da Comissão de Justiça, senador Cid Sabóia de Carvalho, considerou "descortês" o texto da ministra e, a exemplo de

vários outros senadores. Solidarizou-se com Nelson Carneiro "por ter sido enganado pelo ministro Bernardo Cabral". Sabóia tentou, sem êxito, convencer Nelson Carneiro a dispensar a sessão do Senado, tomando a decisão, através da Mesa diretora, de processar a ministra Zélia. Vários senadores governistas permaneceram em plenário durante toda a discussão, mas não se manifestaram. As oposições, então, monopolizaram a sessão criticando a desarticulação e a omissão das lideranças do Governo. O senador José Ignácio Ferreira, líder do governo, não foi ao plenário, permanecendo em seu gabinete. Mesmo assim, Jarbas

Passarinho prevê que será uma votação apertada na segunda-feira, com resultado imprevisível.

Uma das opções dos governistas, ontem, era de não dar quórum para a deliberação, esgotando o prazo de 72 horas para uma decisão conforme determina o regimento do Senado. O senador Juthay Magalhães, do PSDB da Bahia, soube da manobra e levantou, ontem, uma questão de ordem na sessão. O senador Nelson Carneiro esclareceu que se não houver quórum, a matéria ficará na pausta nas sessões subseqüentes até ser votada, mas espera que isto não ocorra, pois convocará todos os senadores através de telegrama.